



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

JACIELE CÂNDIDO DE SOUSA

FAMÍLIA E CIVILIDADE NO CÓDIGO DO BOM-TOM

GUARABIRA - PB

2012

JACIELE CÂNDIDO DE SOUSA

FAMÍLIA E CIVILIDADE NO CÓDIGO DO BOM-TOM

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus de Guarabira, cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: MSc. Flávio Carreiro de Santana

GUARABIRA - PB

2012

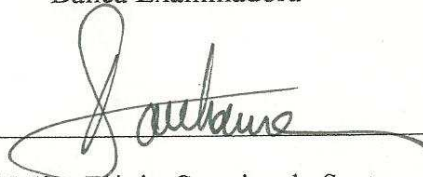
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S719f	Sousa, Jaciele Cândido de
	Família e civilidade no Código do Bom-Tom / Jaciele Cândido de Sousa. – Guarabira: UEPB, 2012.
	23f.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba.
	Orientação Prof. Ms. Flávio Carreiro de Santana.
	1. Império 2. Civilidade 3. Família I.
	Título
	CDD.22.ed. 900

JACIELE CÂNDIDO DE SOUSA

FAMÍLIA E CIVILIDADE NO CÓDIGO DO BOM-TOM

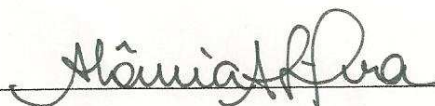
Banca Examinadora



Prof.º MSc. Flávio Carreiro de Santana

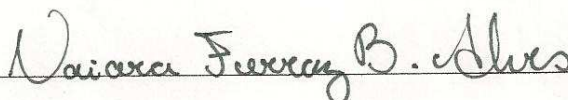
Departamento de História – Campus III – UEPB

(Orientador)



Prof.ª Dra. Alômia Abrantes da Silva

Departamento de História – Campus III – UEPB



Prof.ª MSc. Naiara Ferraz Bandeira Alves

Departamento de História – Campus III – UEPB

Aprovada em 06 / 12 / 2012

FAMÍLIA E CIVILIDADE NO CÓDIGO DO BOM-TOM

JACIELE CÂNDIDO DE SOUSA

RESUMO

Este trabalho propõe discutir os conceitos de família e civilidade no Brasil durante o século XIX, através do Código do Bom-Tom, escrito pelo cônego J. I. Roquette. Sua autoria é atribuída a um bom pai, que tendo perdido a esposa saiu de Portugal e decidiu educar os dois filhos em Paris. Escrito em português este guia ganhou leitores fiéis em meio à nobreza recém-criada no Brasil imperial. Considerando que, a família é uma instituição em eterna mutação na qual se conjugam valores, crenças, conhecimentos e práticas, e uma das entidades mais antigas do mundo, percebe-se que, ao longo da história, a família sofreu fortes influências culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como alterando sua estrutura no que diz respeito à composição familiar. Tendo em vista que, durante o século XIX a família brasileira era patriarcal, comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, e que a vida urbana praticamente inexistia, a sociedade brasileira nesse período sofreu uma série de transformações, como a consolidação do capitalismo, a ascensão da burguesia, além do incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convívio social, reorganizando as vivências familiares e domésticas. Nesse contexto, toma força um novo gênero literário consagrado às boas maneiras, tais guias de boa conduta dedicavam-se a “ciência da civilização”, definindo regras de comportamento nos espaços públicos, atribuindo papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, estipulando normas. Sendo assim, a pesquisa aqui relatada objetiva aprofundar os conhecimentos em torno da importância desses manuais, sobretudo, do Código do Bom-Tom, para a sociedade brasileira imperial, promovendo reflexões de temas como família e civilidade.

Palavras-chaves: Império; Família; Civilidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho encontra-se diretamente ligado ao estudo dos conceitos de família e civilidade no Brasil durante o século XIX. Nesse sentido, destacamos a introdução do uso de manuais de boas maneiras nesse período, especificamente, o Código do Bom-Tom, escrito por J. I. Roquette.

Assim, este artigo abordará as transformações culturais que influenciaram as temáticas relacionadas à família e civilidade, assim como a importância dos códigos de bons modos na adaptação de tais modificações, representando uma porta de entrada para um determinado e idealizado mundo social.

As prescrições do Código do Bom-Tom sobre família e civilidade, enfatizavam que as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira durante o século XIX, acarretaram

transformações na estrutura do modelo tradicional de família e que o desejo de modernização modificou espaços físicos e comportamentos sociais. Pois, o incremento da vida urbana oferecia novas alternativas de convívio social, reorganizando as vivências familiares e domésticas.

As normas apontadas por Roquette se configuraram em lições que precisavam ser aprendidas e utilizadas por uma sociedade desprovida de regras de civilidade. Com objetivos claros de refinar os hábitos das pessoas, delimitavam as atitudes e os sentimentos através das máscaras da civilidade, fossem homens ou mulheres de diferentes idades, pertencentes a uma diminuta elite.

Em nome da etiqueta e da civilidade começou-se a normatizar dos grandes aos pequenos detalhes da vida social cotidiana, organizando uma espécie de teatro, propondo o absoluto controle das emoções e sentimentos, regulando as propriedades de cada sexo.

Esse modelo partia da Corte e servia de exemplo para outros grupos sociais. Sendo assim, muitos se sujeitavam a uma polida e detalhada disciplina social, disseminada através desse manual, contribuindo, assim, para a definição de ser um nobre.

Portanto, com o objetivo de civilizar a pequena elite imperial, o código do Bom-Tom destacou-se como um importante veículo civilizador, divulgando valores morais e de conduta, ensinando tudo o que pertencia a civilidade e a cortesia. Dessa forma, o uso do manual de boas maneiras era mais adequado ao nobre, tendo a difícil tarefa de unir os diferentes componentes da sociedade, e se constituindo de forma bastante heterogênea, com matrizes sociais e origens distintas. Introduzindo novos valores, modos e costumes, essas obras buscavam disciplinar os diferentes tipos sociais que constituíam a sociedade brasileira no século XIX.

1 - OS CONTORNOS DA FAMÍLIA BRASILEIRA NO OITOCENTOS

Considerando que a família é uma instituição em eterna mutação, a mesma caracteriza-se como uma das entidades mais antigas do mundo, pois ao longo da história a cada mudança ocorrida ela se adequou esculpindo diversos modelos de família. Sendo assim, a família brasileira desde os primórdios sempre foi atingida por transformações que influenciaram os conceitos da mesma e as tendências de conduta e comportamento que diante de determinadas situações foram com elas alteradas.

A ideia da família como uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, submetida às condições econômicas, sociais, culturais e demográficas, mas que também tem por sua vez, a capacidade de influir na sociedade. (TERUYA, 2000, p.1).

Enfatizando o padrão da família brasileira durante o século XIX, percebe-se que ela era marcadamente patriarcal, constituído pelo pai, mãe e filhos. Os integrantes da família deste período eram comandados por um pai e esposo, contido de qualquer demonstração de sentimentos, rígido e jamais demonstrando fragilidade. Antes, o homem era instruído para ser mais racional e menos emocional.

Este ensinamento sobre a firmeza masculina para dirigir o lar era ensinado de pai para filho, reafirmando os ideais de filhas casando-se cedo para seguir os passos da mãe, essa sendo uma mulher frágil, submissa, contida e respeitada.

Diferentemente das vendedoras de rua, das lavadeiras ou das escravas na lavoura, as mulheres da elite estavam menos expostas aos olhares masculinos, já que passavam muito tempo recolhidas dentro de casa. Pois, tratava-se de famílias patriarcais em que o pai e marido autoritário dominavam seus filhos e filhas e sua esposa submissa, mas também uma figura indolente e passiva que pouco saía e dava à luz um grande número de filhos.

Quanto ao casamento, era um meio da elite branca, tentar manter o prestígio e a estabilidade social, sendo limitado pela distinção quanto à cor, riqueza, honra e religião. Mas este quadro não era tão rigoroso quando se tratava dos grupos mais humildes da população.

Os casamentos eram arranjados e a legalização da união para a formação de uma nova família dependia do consentimento paterno, cuja autoridade era legítima e incontestável, era exclusivamente de sua competência decidir o futuro dos filhos sem lhes consultar as preferências. Sendo castigados, deserdados e até expulsos de casa, os filhos que se rebelassem e não aceitassem a dominação paterna.

O casamento era uma forma de consolidar laços familiares existentes entre os membros da alta sociedade. Especialmente no início do século XIX, como eram poucas as famílias importantes, as uniões matrimoniais entre parentes próximos eram muito comuns. Uma aliança considerada adequada preservava a posição financeira e social das famílias dos noivos. Os casamentos “arranjados” facilitavam a manutenção da linhagem e asseguravam a concentração de terras e demais propriedades nas mãos de poucas pessoas e grupos. (PINSKY, 2012, p. 48)

No casamento, a mulher representava a proteção na família e tinha a obrigação de ensinar a decência e educar os filhos. A competência de zelar pela segurança e conforto material da família cabia ao marido, sendo isto válido para todas as classes sociais.

A preocupação paterna consistia em alimentar os filhos e quando era de classes mais abastadas fornecer um bom estudo aos filhos homens. Às mulheres eram ensinadas as atividades domésticas, uma língua estrangeira e como uma dama deveria se comportar e vestir-se. Assim, todo o século XIX foi marcado pela repressão do pai ao resto da família.

Esse modelo patriarcal foi herdado de Portugal, com resquício da família romana. Em Roma, a família se estruturava na figura do patriarca era o chamado *paterfamília*, este detinha total autoridade sobre toda a família. Era ao mesmo tempo chefe político, sacerdote e juiz. A mulher vivia toda sua vida sob a autoridade de um homem, quando solteira sob a autoridade do pai, e após o matrimônio tornava-se subordinada ao marido.

A presença da Igreja Católica Apostólica Romana, juntamente com o reino de Portugal, regulava a vida privada dos brasileiros, chegando a usurpar funções que teriam que ser de competência do Estado, promovendo registros de nascimento, casamento e óbito.

Dessa forma, havia a grande influência da Igreja no ambiente familiar, na qual o Catolicismo, que era a religião oficial de Portugal, também se tornou a do Brasil, contribuindo com dogmas religiosos do matrimônio, como a impossibilidade da dissolução do vínculo conjugal, uma vez que, o casamento era considerando um sacramento, sendo o concubinato condenado pela Igreja. Logo, ao casamento religioso eram reconhecidos os efeitos civis.

Os filhos havidos de relações fora do casamento eram considerados ilegítimos e bastardos, não tendo direito a qualquer bem pertencente ao seu pai, ou seja, não possuíam o direito da herança.

Além da forte presença religiosa na família patriarcal, outro fator também se destacava a busca incessante pela acumulação de riquezas. A sociedade caracterizava-se como patrimonial, na qual a família era verdadeira unidade de produção. Como lembra Michelle Perrot, os casamentos tinham como objetivo a formação e manutenção de patrimônio, pouco importando a vontade dos envolvidos:

A família é a garantia da moralidade natural. Funda-se sobre o casamento monogâmico, estabelecido por acordo mútuo, as paixões são contingentes e até perigosas, o melhor casamento é o "casamento arranjado" ao qual se sucede a afeição, e não vice-versa. O patrimônio é, a um só tempo, necessidade econômica e afirmação simbólica. (PERROT, 1991, p. 94).

Dessa forma, a família fundamento do Estado Monárquico é em si mesma uma monarquia paterna, uma sociedade de linhagem que garante a estabilidade, a duração, a continuidade, onde o pai é seu chefe natural. O casamento não se reduz a um contrato civil,

mas é indissolúvelmente um ato religioso e político, o que acrescenta aquela historiadora: “A família, como rede de pessoas e conjunto de bens, é um nome, um sangue, um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido.” (Ibid., p. 105).

Sendo assim, a família é responsável pelo gerenciamento dos interesses privados, cujo bom desempenho é fundamental para o progresso do Estado e da humanidade. Ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização, transmitindo os valores simbólicos, criadora que é da cidadania e da civilidade: “A família patriarcal foi tomada como ‘civilizadora’ ao impor sua ordem e sua solidariedade a uma ordem social que seria, de outra maneira, desorganizada e anômica.” (TERUYA, 2000, p. 2).

No entanto, ainda no século XIX, significativas mudanças ocorreram na sociedade brasileira. Sua transformação de sociedade rural na qual predominava a família patriarcal e fechada em si mesmo, para uma sociedade de bases industriais com as suas implicações de mobilidade social, geográfica e cultural, acarretou transformações igualmente marcantes na estrutura do modelo tradicional de família.

2 - A CIDADE COMO ESPAÇO DA CIVILIDADE

Nessa época, a vida urbana praticamente inexistia no Brasil, sendo considerado um enorme país rural. O estilo de vida da elite dominante na sociedade brasileira era marcado por influências do imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano dos fazendeiros, camponeses e das interações sociais definidas pelo sistema escravista.

O requinte estava longe de caracterizar o cotidiano da população urbana. A cidade brasileira refletia a estratificação rural, com mínima população fixa, poucos artesãos e um grande número de pessoas sem ocupação determinada.

É neste contexto que, ainda no século XVIII, o Rio de Janeiro é descrito como um espaço totalmente desorganizado, sem regras sobre sua ocupação, ruas sem planejamento, casas sem limites definidos, como se não pertencessem a ninguém, como se os quintais fossem extensões das próprias casas, sendo as ruas dreno de toda a água residual. Tendo a cidade de passar por uma limpeza antes da chegada da Corte portuguesa, incluindo a demolição de muitos prédios. Contudo, mesmo após essa limpeza o Rio de Janeiro estava longe de representar uma verdadeira cidade para os europeus.

Nessa época, as ruas do Rio de Janeiro e também de Olinda começaram a ser mais controladas. Os espaços para o abate de animais domésticos e para a lavagem de roupas, bem como os terrenos para criação de animais e locais para cortar lenha foram reduzidos ou transferidos do centro das cidades para a periferia. A arquitetura dos sobrados se desenvolveu fazendo da rua uma serva da casa, onde portas e janelas abriam-se diretamente para ela. As autoridades públicas limitaram o mau uso da casa e estabeleceram uma nova atitude em relação às ruas, que passaram a ser consideradas lugares públicos e que deveriam manter-se limpas. Com isso, o lugar público ganhava um significado oposto ao do uso particular.

As casas que, no século anterior eram como grandes galpões, que com a ausência de delimitações fazia com que todas as coisas ficassem juntas, não havendo nenhuma privacidade. No século XIX, passam a ser o domínio privado por excelência. A casa passa a ser o fundamento material da família e o pilar da ordem social.

Mas, essas mudanças indicavam uma transformação de valores, que para atingi-los, muitos se sujeitavam a uma polida e detalhada disciplina social, que era disseminada através dos manuais de civilidade. Expressão das mudanças, esses manuais eram poderosos instrumentos para a educação dos sentidos dos estratos nobres, eram autênticos livros didáticos que os ensinavam como se portar, se vestir, enfim ensinando a importância do autocontrole, da economia dos gestos e emoções, contribuindo para a definição de ser um nobre.

Além do espaço urbano, que antigamente era usado por todos em encontros coletivos, festas, mercados, convívio social, começar a ser governado por um novo interesse, o interesse público, controlado pelas elites dominantes, motivados pelo desejo de modernização. Outra política pública que vale ser ressaltada, é o conjunto de medidas higiênicas tomadas pelo Estado durante o Império. Tais medidas contribuíram para a nova face da vida social urbana brasileira e o discurso médico colaborou para a construção de novos conceitos de vida familiar e higiene em geral.

É neste sentido que nota-se a transformação dos preceitos morais, como incremento da privacidade, polimento dos hábitos sociais, surgimentos dos manuais de civilidade e melhoria das condições de higiene. E nessa época surgiram os clubes e cafés, sendo a vida profissional e a vida familiar progressivamente delimitadas.

Dessa maneira, a nova sociedade brasileira, a burguesa, deveria lutar contra atitudes, comportamentos e expressões tradicionais considerados inadequados para a nova situação.

O processo de modernização resultou tanto da constituição do Estado moderno quanto das mudanças na economia, uma vez que, esse processo afetou a vida familiar. A rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa. Assim, a cidade que tinha se transformado num lugar de interesse público, passou a ter todas as antigas formas de uso banidas ou ajustadas à nova ordem, na qual muitas pessoas tiveram de mudar não só o local de residência, como também as formas de diversão populares e grupais, e representando uma espécie de restrição a muitas expressões tradicionais sociais.

Por influência da Corte, verificou-se um desprestígio dos hábitos tradicionais e uma valorização dos novos costumes. Pois, a chegada da Família Real no Brasil em 1808, quando a Corte veio “fugida” das tropas de Napoleão Bonaparte, sinalizou novos tempos, cuja presença modificou significativamente o cenário cultural e educacional brasileiro, uma vez que o príncipe regente português D. João, transferiu para o Rio de Janeiro a Corte, e também a burocracia do governo, incluindo os arquivos, a biblioteca real, o tesouro público e aproximadamente 15.000 pessoas, entre funcionários do governo e seus familiares.

Vale ressaltar que, os que aqui chegaram, incluindo o regente e a Família Real, chegaram em condições materiais bastante deterioradas, embora tentassem aparentar o contrário, tal como aponta Maria Beatriz Nizza da Silva: “Mas, mesmo em condições econômicas precárias, a Corte esforçava-se para manter a todo custo, o estilo de vida aristocrático, justamente para evitar qualquer tipo de desqualificação social”. (SILVA, 2005, p. 322).

No entanto, como se não bastassem às elevadas despesas para a manutenção da vida na Corte, D. João concedia uma remuneração por parte da Casa Real aos nobres que o acompanharam ao Brasil. Dessa forma, pode-se destacar de onde vinham os recursos monetários para a manutenção deste estilo de vida:

A Corte portuguesa no Brasil era mantida pelos “vassalos fluminenses e portugueses” que viviam no Rio de Janeiro. Essa pequena elite econômica, além de socorrer os cofres públicos nas urgências, cedeu suas próprias casas e escravos, tudo para atender as exigências e necessidades dos fidalgos da antiga metrópole. (MALERBA, 2000, p. 221).

Em troca das ajudas financeiras prestadas à Coroa, D. João concedia títulos e distinções, produzindo uma nova safra de nobres, constituindo-se como a nobreza brasileira. Assim, começava a florescer uma característica muito própria da nova corte, e que era uma nobreza civil, sem linhagem ou tradição de títulos. Logo, a transmigração da Corte

portuguesa para o Rio de Janeiro foi um estopim para a fabricação artificial de uma nobreza nativa, sem a mentalidade, os valores, os costumes e a tradição de uma aristocracia autêntica.

Juntamente com essas modificações, as transformações físicas das cidades, com o processo de urbanização, no século XIX, o desenvolvimento das cidades e da vida burguesa, influíram na disposição do espaço no interior da residência, deixando claros os limites do convívio e das distâncias sociais entre a nova classe e o povo, permitindo assim, um processo de privatização da família marcada pela valorização da intimidade.

Essa interiorização da vida doméstica deu-se ao mesmo tempo em que as casas mais ricas se abriam para uma espécie de apreciação pública por parte de um círculo restrito de familiares, parentes e amigos. Sendo as salas de visita e os salões, espaços intermediários entre o lar e a rua, esses espaços eram abertos de tempos em tempos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas. Acerca disso, os manuais de civilidade recomendavam que tais espaços deveriam estar impecáveis para tal apreciação, servindo como verdadeiros cartões de visita.

Contudo, nesses lugares a ideia de intimidade se ampliava e a família, especialmente a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos outros. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre, a convivência social dá maior liberalidade às emoções, além do pai ou marido vigiar seus passos, sua conduta também era submetida aos olhares da sociedade. Assim, essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada: “Nas recepções formais, esperava-se que as mulheres de classe alta demonstrassem habilidades sociais adequadas e talentos que promovessem o nome da família”. (PINSKY, 2012, p. 55).

As casas, que antes estavam dispostas lado a lado, sem espaço entre uma e outra, delineando as ruas em fileiras, agora ganham afastamento tanto da rua por meio de calçadas, quanto dos vizinhos laterais, dando lugar aos jardins e corredores verdes.

Nas casas estavam presentes domínios privados e públicos. Nos públicos, como as salas de jantar e os salões, lugar das “máscaras sociais”, impunham-se regras para bem-receber e bem-representar diante das visitas. Já as alcovas, espaços do segredo e da individualidade, forneciam toda a privacidade necessária.

Quanto ao casamento, entre famílias ricas e burguesas, era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status. As mulheres casadas ganhavam a função de contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos

salões como anfitriãs e na vida cotidiana, como esposas modelares e boas mães. Pois, ser mãe, nesse período, remete-nos a uma visão intrinsecamente vinculada ao aspecto familiar e doméstico: “A vida feminina estava restrita ao bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família fortalecendo seus laços” (SAMARA, 1983, p. 59).

Portanto, tendo em vista tudo o que foi exposto em relação aos conceitos de família e civilidade instaurados no Brasil durante o século XIX, através do desejo de modernização e transformação tanto dos espaços quanto das pessoas. Assim, exploraremos a importância dos manuais de bons modos na adaptação de tais modificações, representando uma porta de entrada para um determinado e idealizado mundo social, especificamente a partir do “Código do Bom-Tom”.

3 - ÀS VOLTAS COM A CIVILIDADE: COTIDIANO E PRIVACIDADE NO “CÓDIGO DO BOM-TOM”

A História das boas maneiras está diretamente relacionada às regras de comportamento social e envolve não somente a questão da etiqueta, mas também diz respeito à moral, a ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros.

Sendo assim, durante o século XIX tomou força no Brasil um novo gênero literário consagrado às boas maneiras. Escritos de modo claro e didático, os guias de boa conduta dedicavam-se a chamada “ciência da civilização”, introduzindo seus leitores nas atividades que marcavam a vida de sociedade, bailes, reuniões, saraus e jantares.

Neste caso, o Código do Bom-Tom publicado em Portugal em 1845, foi escrito pelo cônego J. I. Roquette. Contudo, sua autoria é atribuída a um bom pai, um aristocrata que em 1834 saiu de Portugal, que após ter perdido sua esposa, resolveu educar os dois filhos em Paris. Escrito em português, este guia ganhou leitores fiéis também em meio à nobreza, recém-criada no Brasil imperial.

No Código do Bom-Tom, o autor utiliza o diálogo e a ficção como artifícios para transmitir as regras de civilidade. Dessa forma, ele introduz personagens como o pai para transmitir os ensinamentos de conduta aos seus dois filhos, sendo uma menina e um menino, Eugênia e Teófilo.

No manual, Roquette ensina aos filhos tudo o que pertence a civilidade e a cortesia, dando-lhes conselhos para bem viverem com os homens e como pessoas distintas. Pois, a preocupação do pai era a instrução dos filhos, e sabia que seu primeiro dever era se instruir para poder inspecionar a educação deles, objetivando que fosse a mais perfeita possível.

O pai também estava preocupado com a educação feita em terra estranha, em colégios de outra nação, temia que aprendessem com perfeição as línguas estrangeiras e esquecessem a própria língua. Pois quando foram para a França, Teófilo tinha 8 anos e Eugênia apenas 6.

Durante a viagem, o pai fazia orações, para que seus filhos pudessem regressar à pátria, sendo-lhes úteis com seus talentos e virtudes.

Após dez anos, os filhos haviam terminado sua educação e a pátria estava pronta para recebê-los. O pai percebeu que seus esforços tinham valido a pena, porque havia lhes ensinado a História de Portugal, conservando sua língua, ao mesmo tempo em que adquiriam a pronúncia francesa. Uma vez que, aquele que não soubesse bem a sua língua não era tido por bem criado.

Porém, agora restava a escola do mundo, pois a sociedade também tinha a sua gramática, e os que desprezam suas regras eram vistos como homens sem educação. O pai ainda dar-lhes-ia por escrito algumas regras de civilidade e de bem viver, ensinando-os tudo para que pudessem se apresentar dignamente em qualquer sociedade. Dessa maneira, a instrução paterna se estende a tudo, se ocupando das menores particularidades, objetivando sempre a perfeição.

O pai aprendeu tais regras de civilidade num livro intitulado por “Escola de Política” e que era de outro clérigo português. Ensinando aos filhos as regras de bom tom e da civilidade, seguidas em quase toda a Europa, advertindo as diferenças entre Portugal e a França, que desde o reinado de Luís XIV impunha suas leis de civilidade à Europa, assim como suas modas.

O manual servia para definir regras de comportamento nos espaços públicos, atribuindo de modo muito claro os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, estipulando normas.

Esse mundo de aparências e “máscaras” era fundamental para se estabelecer posições e distâncias sociais, uma vez que a civilização restringia os costumes e a principal dificuldade consistia em evitar o gesto natural. Dessa forma, o pai ensinava aos filhos os rituais para que eles os interiorizassem e parecessem cada vez mais naturais e normatizando dos grandes aos pequenos detalhes da vida cotidiana em sociedade.

Em nome da etiqueta, organizava-se uma espécie de teatro, nas habitações, no vestuário, nas expressões e nos gestos, não havendo lugar para a livre manifestação dos sentimentos e intenções, alterando assim comportamentos sociais.

Assim, a etiqueta caracterizava-se como a ciência da artificialidade, afirmando que o bom aluno deveria fazer tudo parecer natural, reagindo a ela como se fosse matéria de sua individualidade.

Estes guias ainda propunham o absoluto controle das emoções e dos sentimentos, regularizando as propriedades de cada sexo, descrevendo o comportamento polido, afirmando que pede sempre a dissimulação em lugar da sinceridade. Estabelecia, portanto, as diferenças que separam o mundo dos homens do mundo das mulheres.

Desse modo, no Código do Bom-Tom, Roquette adverte aos filhos como se comportarem nas igrejas, nos palácios, nas assembléias, nos bailes, nas reuniões, nos jantares, nos jogos, e ainda estabelece normas para a conversação, nos tratamentos, nos cumprimentos, nas cartas, enfim, definindo regras de comportamento nos espaços públicos.

Roquette afirmava que a igreja, por ser um local onde nos encontramos na companhia de diversas pessoas, e que muitas vezes estão por diferentes motivos além de orar, é necessário saber se comportar. Tirar o chapéu antes de entrar na igreja, era um sinal de respeito; tirar as luvas em cerimônias religiosas, uma vez que, a etiqueta exigia que as mãos estivessem nuas. Conservar-se de pé, de joelhos ou sentados, como estiverem os demais e não repreender quem estiver em posição diferente. E ao entrar numa igreja para visitar os painéis, as estátuas ou qualquer objeto de arte e não para fazer oração, deviam-se escolher as horas em que não se celebram as missas, falar baixo e conservar uma compostura do corpo recatada e respeitosa e nunca sair sem ajoelhar-se diante do altar onde estiver o Santíssimo e fazer uma breve oração.

No entanto, ele explica que acerca do que disse sobre a Igreja não quer inspirar os filhos à uma profunda veneração ao cerimonial, nem as etiquetas da Corte, mas enfatiza que é preciso haver ordem para regular as funções e os movimentos de cada indivíduo. Pois, o tempo deu a estes regulamentos força de lei, sendo eles indispensáveis desde o momento em que, formando-se uma sociedade, cada um deveria concorrer para a utilidade e satisfação de todos.

Quanto aos batizados, ele adverte que o padrinho e a madrinha têm sempre que fazer alguma despesa. O padrinho deve dar um presente a mãe e ao afilhado e pagar toda a despesa da igreja. A madrinha deve dar a mãe da criança o vestido do batizado. E que, todos os anos

no dia 1º de janeiro o padrinho receberá a visita de seu afilhado e deverá dar-lhe um presente no dia do seu casamento. Mas, enfatiza que é necessário informar-se com antecipação do que é costume praticar para não ser objeto de críticas.

Se vires que os pais querem fazer o batizado com grande fausto, e se teus teres-te não permitirem fazer grandes despesas, não te deixes levar d'uma louca vaidade, e dize-lhes francamente: Se quereis que como cristão leve vosso filho à Pia baptismal, estou pronto; porém se o batizado há de ser uma cerimônia de luxo, buscai outro que seja mais rico do que eu: as minhas posses não me permitem fazer tanta despesa. (ROQUETTE, 1854, p. 19).

Nos casamentos, lembrava que na França se fazia com muito mais luxo e ostentação que em Portugal. “Uma cerimônia de igreja e de família”, lembrava (Ibid., p. 23).

Na França, eram feitos convites por cartas 3 ou 4 dias antes, e a boa criação pedia que as pessoas convidadas não faltassem, e quando tivessem alguma impossibilidade, deveriam pedir desculpa por escrito. O noivo presenteava a noiva com vestidos, chales, lenços bordados, diamantes, joias, etc. Presenteava também irmãos e irmãs da noiva.

Em Portugal, no lugar do padrinho e madrinha, a noiva escolhia a donzela e o noivo o moço d' honor. A noiva dava a sua donzela um presente (vestido) e recebia dela em troca o cinto, as luvas e o ramalhete de flores de laranjeira artificiais que levaria no dia do casamento. Já ao moço d' honor, cabia observar a lista de convidados para a missa, quais faltaram, para que os noivos não fizessem visita de núpcias aos que cometeram esta incivilidade. Dias antes do casamento o noivo deveria dar a sua futura esposa os diamantes – brincos, pulseiras, gargantilhas. A noiva também fazia um presente ao noivo em diamantes e caso ele tivesse alguma irmã solteira também lhe presentearia. No entanto, “se acontecesse de romper-se o casamento, restituem-se os presentes, que podem servir para uma nova aliança” (Ibid., p.30).

Nos enterros também havia formalidades. Sendo recomendado apresentar-se na casa do defunto ou na igreja na hora marcada na carta convite, no fim da cerimônia da igreja acompanhar o carro fúnebre ao cemitério, assistir ao fim do enterro, e dois ou três dias depois fazer uma visita de pêsames ou deixar um bilhete à família, isto para os homens. Pois, as mulheres raramente compareciam, e nunca iam ao cemitério.

Nos palácios, Roquette recomendava que, caso fosse necessário ser empregado num palácio ou na casa de algum príncipe, seria preciso fazer um estudo particular dos usos e costumes praticados, e que se resumiam em nome da etiqueta. E se caso fosse aparecer na presença do Rei, costumava praticar o “beija-mão”, pois em certos dias do ano o Rei reunia em torno de seu trono a porção mais escolhida de seus súditos e dava-lhes a mão à beijar.

Chegando junto a majestade deveria dobrar um pouco os joelhos, ficando o corpo direito, e pondo um joelho em terra lhe beijava a mão. Isto também se praticava nos beija-mãos das Rainhas e Princesas, como as damas e senhoras que lhe faziam a Corte.

Para os tratamentos ele enfatizava que havia um grande embaraço entre as distinções utilizadas, e que muitas vezes por descuido ou por ignorância involuntária, poderia fazer o indivíduo passar por “não político” ou grosseiro. Havendo inclusive disposições que regulavam os tratamentos, pois afirmava que o trato de pessoas bem educadas têm quase força de lei: “Digo-vos que em qualquer posição ou lugar que vos acheis, quando não estiverdes bem certos dos usos e costumes, perguntai, consultai e segui sempre o exemplo e as advertências das pessoas sensatas que o sabem praticar”. (Ibid., p. 118).

Durante as assembléias, aconselhava à Teófilo que, ao chegar devia-se cumprimentar os homens e as senhoras, escolher o lugar que estivesse desocupado próximo a porta, ficar calado por muito tempo e nunca ter pressa de falar, oferecer o assento a alguma senhora que tivesse por perto, fosse ela moça ou velha, não se precipitar sobre as bandejas de doces e refrescos, tudo isso em tom de esmerado cuidado: “Pelo amor de Deos, meu filho, come quanto tiveres na vontade antes de sair de casa: mas não tomes a sociedade por testemunha de tua veracidade” (Ibid., p. 51).

Quanto a Eugênia, ele afirmava que ela devia entrar na sala modesta e silenciosamente, fazendo com que não chamasse atenção. Se estivesse com senhoras que não as conhecessem, devia-se esperar que falassem e responder com voz branda, e se calarem calar também. Se estivesse divertindo-se mostrar senão uma alegria moderada e se estivesse aborrecida, dissimular e não deixar perceber. E caso algum homem lhe dirigisse a palavra, deveria responder com polidez e recato, de modo que as pessoas que estivessem perto ouvissem.

Em relação ao espirro, na França muitos o reprimiam. Mas, por esse ato causar muitas moléstias não é recomendado por Roquette, devendo ser feito com o menor ruído e sempre com um lenço no nariz e na boca. Lembrando que, não se deveria escarrar, coçar a cabeça, pôr os dedos no nariz, nem as mãos na boca para roer as unhas.

No que diz respeito aos cumprimentos, afirma que os melhores são os que nascem do coração e se exprimem de outra arte com candura e verdade. Pois, o cumprimento é a imitação do qual pode formar mil outros, atendendo sempre se a pessoa com quem se fala é superior, inferior ou igual, sendo nisto que consiste toda a beleza dos cumprimentos, usando de respeito, de familiaridade, conforme os sujeitos, os tempos e as circunstâncias.

A dança era considerada um divertimento próprio de gente moça e os antigos a chamavam de folia. Num baile, o homem deveria se pôr a disposição da senhora da casa, e caso esta pedisse para tirar a dançar as abandonadas (senhoras que não eram favorecidas de formosura e de riquezas), ele deveria aceitar, considerando a gratidão dessas senhoras.

A mulher caso fosse convidada por diferentes cavalheiros para dançar, deveria ter cuidado para não confundi-los e se por algum motivo não quisesse dançar, deveria dizer estar cansada e não mostrar preferência por nenhum dos que a convidasse.

Durante o baile, era recomendado aceitar e comer apenas o que oferecessem e caso desejasse outra coisa não deveria ser dito. Se o baile não estivesse agradável, caberia ter a civilidade de não o demonstrar, e sim agradecer aos senhores da casa e se ausentar.

A vantagem da polidez, a força de representar, o papel da generosidade, do desinteresse, da abnegação de si mesmo, inspirava muitas qualidades. Dessa forma, vale ressaltar que não era a falsidade que fazia dissimular os defeitos, senão a vontade de escondê-los.

Nas reuniões noturnas, Roquette aconselhava que, o melhor era ficar calado e ouvir, e caso fosse solicitado não levantar a voz, sem multiplicar os gestos e sem discutir. E se alguma proposição religiosa ofendesse sua crença, deveria ser tolerante e calar-se, e não entrar em discussões políticas.

Para a filha, recomendava que não fosse a nenhuma parte sozinha, e que onde fosse deveria fazer todos os esforços possíveis para ser amável, e se mostrar de boa índole e agradecida para com todos que a tratassem bem. Devia-se evitar frequentes abraços, ósculos e apertos de mãos prolongados, mesmo que fossem com as amigas. Também não poderia ostentar em público suas qualidades, contentando-se em lhes dar o exercício no seio da família.

Para os jantares, aconselhava-se comer bem em público, adquirindo o hábito de comer com maior asseio e atenção possível. O guardanapo substituiu o lenço durante as refeições, o garfo passou a ser mais utilizado, os pratos passaram a ser trocados com maior regularidade e a faca passou a ser utilizada de maneira mais precisa.

Em nome da etiqueta destacavam-se também as regras de higiene, aconselhando a evacuação diária, o asseio pessoal, banhos de quinze em quinze dias ou ao menos uma vez ao mês, além da troca da roupa de baixo, logo que estivesse suja, suada ou úmida.

Roquette advertia ainda que, a caridade e a humanidade são virtudes que se deviam ter com os criados, sendo a obediência a primeira qualidade a ser exigida dos mesmos. Vigia-los

e pagá-los bem para assim ser bem servido. Não ter mais criados além do que precisasse, não abandonar os desvalidos que tivessem perdido a saúde ou o uso dos membros, e usar para com todos de justiça e bondade: “É do vosso dever não só vigiar a conduta dos vossos criados pelo que vos diz respeito, e suas obrigações, mas deveis também fazer com que vivão em paz e harmonia uns com os outros” (Ibid., p. 269).

Vale destacar ainda que, ao final do Código do Bom-Tom, Roquette destina a sua escrita a cada um de seus filhos, tratando-os na sua individualidade.

Para Teófilo, o pai assevera que as primeiras qualidades do homem são a ordem e regularidade com suas ocupações e negócios, e a economia em sua despesa: “Apesar de teres sempre em vista a economia, não sejas mesquinho nem ridículo” (Ibid., p. 273).

Aconselhava também que o mesmo seguisse a moda, mas sem muito afeto, pagando sempre com dinheiro a vista ao alfaiate e ao sapateiro para ser bem servido. Advertia que o homem não usasse perfume, anéis, botões de diamantes e outros enfeites próprios de senhoras. Não deveria deixar crescer os cabelos, nem a barba, cortar as unhas e limpar os dentes com uma escova todos os dias. Lavar-se com água fria após levantar-se da cama e toda semana um banho inteiro, ou pelo menos um banho aos pés.

Dessa forma, Roquette afirmava que um pai devia precaver tudo que interessa ao bem-estar de seu filho.

A simplicidade que desejo tenha em teus vestidos, a desejo igualmente em tua mobília. Nada em teu quarto dever respirar luxo, nobreza, nem futilidade. O que ai se deve ver são livros, instrumentos de estudo ou de música, algumas armas curiosas, se as tiverem (Ibid., p. 365).

Recomenda ainda que o filho dedique algumas horas do dia ao estudo. Aproveitar o tempo da mocidade, passeando a cavalo, ou a pé, jogando bola, nadando, caçando, pescando, porém sem desprezar os estudos. E não assustar-se quando chegar a velhice, pois é uma grande fraqueza não aprender a encarar a decrepitude e a morte.

Por fim, Roquette assevera que na vida há muitos deveres, mas é necessário conhecer os que são indispensáveis e ter cuidado para não multiplicar os outros considerados inúteis:

Procura ter a teu favor o testemunho da própria consciência; faze por teres as menos possíveis necessidades, sê o mais independente que puderes; exercita o corpo, cultiva o espírito, desafoga o coração, e serás feliz quanto é possível sê-lo neste mundo (Ibid., p. 283).

Para Eugênia, particularmente, o pai aconselha como devia comportar-se. Limpar os dentes, orelhas e unhas diariamente, tomar ao menos um banho a cada mês, arranjar o cabelo após lavar-se, pois era muito desagradável uma mulher mal penteada.

Quanto aos perfumes, Roquette admitia terem caído em desuso por serem prejudiciais à saúde e por chamarem a atenção dos homens; lembrando que a mulher deveria ser modesta e recatada.

Em relação aos sapatos enfatizava a necessidade de andar bem calçada. Vale ressaltar que, andar bem calçada não consistia em trazer sapatos novos e sim confortáveis. Devendo-se procurar um bom sapateiro, que, sob medida, fizesse o sapato adequado. Sendo estes um branco e outro preto: o branco para os bailes e grande gala e o preto para os demais casos.

Assim como os sapatos, os vestidos também não deveriam ser apertados, uma vez que perigosas moléstias resultavam do excessivo aperto dos coletes. E deveriam ser confeccionados por uma costureira, sendo estes lisos e sem adornos: “O refinamento no luxo e vaidade das mulheres é um sinal infalível da decadência dos costumes, e quase sempre de grandes desastres na ordem social” (Ibid., p. 292).

Portanto, a mulher deveria dar provas de ter recebido uma boa educação, tornando-se estimável a todas as pessoas que soubessem apreciar o verdadeiro merecimento e a modéstia acompanhada pelo bom gosto. O penteado, o calçado, os vestidos simples e modestos, com poucas cores vivas e nunca contrastando umas com as outras. Devia-se, pois, ser modesta em tudo.

A mesma simplicidade era recomendada na mobília. No quarto faziam-se necessários teares de bordar, cestas de costura, lápis, pinceis e cavaletes, instrumentos de música, livros de piedade e de boa literatura.

Em relação à educação, para as mulheres de classe alta era centrada na preparação para seu destino final de esposa e mãe. Além disso, elas eram vistas como guardiãs do lar e da família e mantedoras da base moral da sociedade.

O pai também adverte quanto ao cuidado com a saúde, aconselhando a filha a não se entregar a uma vida mole e delicada, não dormir em cama de penas, sair todos os dias ao menos uma hora a pé, não dormir tarde, acordar cedo, ir raramente aos bailes e ao teatro, comer alimentos saudáveis, não usar bebidas fermentadas, porque a vida sedentária é nociva à saúde, fazendo envelhecer antes do tempo: “Lembra-te que a formosura acaba antes da vida que a velhice e a morte são o fim certo para que todos caminhamos, e que é melhor chegar a este termo pela estrada da virtude” (Ibid., p. 288).

Por fim Roquette admite que o discernimento, o bom gosto, a decência, a honestidade e a simplicidade devem conduzir as donzelas, uma vez que, estas estão sob os olhares curiosos

do mundo. As instruções aperfeiçoadas com polidez e urbanidade, reúnem na mulher todas as virtudes que conduzem-na para o grande objetivo: torná-la mãe de família.

O universo feminino se voltava ao ambiente doméstico. As senhoras da elite comandavam o cotidiano dos casarões em que viviam na companhia de parentes, agregados e escravos. Supervisionavam a produção doméstica de alimentos, bebidas, roupas, materiais de limpeza, além de cuidar da saúde da família e da instrução religiosa de seus dependentes.

As opções de vida disponíveis às mulheres da elite estavam intimamente ligadas aos interesses de sua família, uma vez que, a mulher era preparada para ser esposa e mãe. No entanto, alguns perigos envolviam a gravidez nesse período, como a falta de esterilização do material utilizado ou mesmo sua limpeza. A infecção pós-parto seguida de morte era bastante comum entre mães e bebês. Em outros casos, crianças morriam já no nascimento ou em seus primeiros anos de vida. Além disso, os abortos espontâneos eram muito comuns.

Sendo assim, a figura da mãe está intimamente ligada ao aspecto familiar e doméstico.

Quanto à educação, melhorias na alfabetização e na escolarização em geral ajudaram a abrir as portas da modernidade para homens e mulheres no Brasil durante o século XIX. Dentre os membros da elite, as crianças costumavam ser educadas em casa. As melhores famílias empregavam tutores particulares ou mandavam suas filhas para internatos de freiras. As crianças de famílias menos ricas frequentavam escolas privadas, mas não as públicas, que eram direcionadas a crianças pobres, ainda que a maioria da população do Brasil não recebesse educação alguma.

A educação superior servia para preparar os homens para as profissões de maior prestígio, tais como o Direito e a Medicina. As mulheres, mesmo as das classes privilegiadas não deveriam ingressar na vida acadêmica, beneficiavam-se do estudo de línguas estrangeiras e de música, o que as valorizava como candidatas ao casamento: “Pois alguma educação poderia auxiliá-las a serem melhores mães e companheiras” (PINSKY, 2012, p. 56), reforçando assim, o universo doméstico feminino, centrado na preparação da mulher para ser esposa e mãe.

Além disso, com as mudanças ocorridas durante o século XIX no Brasil, a intensificação da vida comercial e a efervescência política, levaram à promoção de eventos sociais, como as recepções formais onde esperava-se que as mulheres de classe alta demonstrassem habilidades sociais adequadas e talentos que promovessem o nome da família, como entreter os convidados, conversar polidamente, tocar instrumentos, cantar de modo agradável, demonstrar maneiras refinadas, falar línguas, entre outras. Dessa forma, o

código dos bons modos representava uma porta de entrada para um determinado mundo social, pois servia para definir regras de comportamento nos espaços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o Código do Bom-Tom, pode-se destacar que este fez muito sucesso no Brasil Imperial, servindo como modelo para a Corte que aqui se instalou.

Conforme (SCHWARCZ, 2007, p.110), “o Rio de Janeiro se tornou um pólo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo o país, além de se transformar no cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social de boa qualidade”. Sendo assim, a medida que emergiam novos espaços sociais com festas, bailes, concertos, livrarias, cafés, confeitarias e a Rua do Ouvidor, exigia-se cada vez mais que as pessoas soubessem se relacionarem através da conversação. Aos poucos, esses locais de sociabilidade se tornavam os símbolos da civilidade.

Esse gênero literário consagrado às boas maneiras foi um dos mais frequentes que circulou no Brasil nessa época, com o intuito de introduzir regras de comportamentos sociais que surgiram.

No entanto, podemos destacar que esse tipo de literatura circulava primeiro entre os espaços cortesies para depois alcançar outros setores da sociedade. Esse modelo partia da Corte e servia de exemplo para outras classes, sendo difundido e assimilado de formas diferentes conforme o local onde era inserido. Pois, a dificuldade da civilização estava em copiar, porém adaptando as condições do local, tal como lembrava Roquette: “Deveis saber que toda nação é ciosa de seus usos e costumes, e a que muda caprichosamente só para imitar o estrangeiro, já perdeu o sentimento de sua independência e caminha para sua decadência” (ROQUETTE, 1997, p. 19).

Os livros de leitura do gênero literário de civilidade eram compostos por tratados de cortesia, regras de etiqueta e de conduta, elementos da moral, guias do bom tom, cujo propósito era a modificação do comportamento das pessoas, ensinando-as a se portarem na sociedade de modo ilibado.

A literatura da civilidade ensinava aos leitores como se comportar em ambientes públicos, como agradar as pessoas, como jogar, com ser anfitrião, como conversar, como comer, entre outras especificidades. No código do Bom-Tom, as regras foram escritas de

forma clara e didática introduzindo seus leitores nas especificidades que marcavam a nova vida de sociedade:

Concebidos como guias, escolas para o mundo, os manuais possuíam uma estrutura original que privilegiava a leitura rápida e objetiva. A consulta era fácil e podia ir direto ao tema relacionado, sem precisar passar, obrigatoriamente pelos demais. (SCHWARCZ, 1997, p. 12)

Assim, o manual representava uma expressão das mudanças, sendo considerado um poderoso instrumento para a educação, contribuindo para a definição de ser um nobre. Uma vez que, viver no século XIX integrava um grupo de tratados que abordavam a temática referente à sociabilidade.

As razões e os motivos da civilização tornaram-se ao longo do século XIX uma obsessão a ser perseguida para a superação de todos os males do país. A civilização passou a ser a meta do ensino e da formação profissional, implementada nos hábitos e costumes da população como um todo, exposta na aparência das cidades, nas áreas de lazer e de serviços urbanos básicos. Enfim, precisava estar presente em todos os aspectos, moldando os valores, as normas e os padrões da sociedade. (ABREU, 2002, p. 142).

Com o propósito explícito de civilizar a pequena elite imperial, o código de boas maneiras constituiu-se como um dos veículos mais importantes do pensamento civilizador, divulgando valores morais e de conduta aos leitores interessados em adquirir novos modos de agir na sociedade. Outro veículo civilizador no Brasil se deu no campo educacional, quando D. Pedro I decretou a Lei de 15 de outubro de 1827. Constituindo a primeira lei sobre a instrução nacional do império, a qual mandou criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do império. No entanto, essas instituições ficaram restritas às crianças da diminuta elite.

Outra característica desse tipo de leitura consistia na dissimulação dos sentimentos, pois propunha o absoluto controle das emoções e sentimentos, regulando as propriedades de cada sexo, descrevendo o comportamento polido, afirmando que se pede sempre a dissimulação no lugar da sinceridade. Enfatizava ainda que não havia atividade social que não fosse passível de regulamentação, nem atitude que não pudesse ser controlada.

O uso de máscaras, dessa maneira, configurou-se como a dissimulação para encobrir os verdadeiros sentimentos. Assim, cada nobre era um ator que devia seguir à risca o roteiro determinado por tais guias. No teatro da Corte, as atuações eram muito bem marcadas,

definidas, tudo para se evitar o erro, o deslize. Esse mundo de aparências era fundamental para se estabelecer posições e distâncias sociais, separando os nobres dos não-nobres.

Entretanto, vale ressaltar que o círculo cortesão nacional era bastante heterogêneo, com matrizes sociais divergentes e tipos sociais com origens distintas. O que dificultava a estruturação de uma identidade social mais homogênea. Para tanto, faz-se necessário perceber que o uso dos manuais de condutas adotados pela Corte no Brasil, além de servir de guia de comportamento mais adequado aos nobres e se preocupar em educar os sentidos e sentimentos dos aristocratas, tinham também a difícil tarefa de criar algum tipo de coesão entre os componentes da sociedade brasileira, introduzindo novos valores, modos e costumes. Objetivando aproximar tipos sociais tão díspares que constituíam a Corte no Brasil.

Portanto, por meio dos manuais de boas maneiras pretendia-se espalhar a civilização europeia no Brasil, em meados no século XIX, diante de uma realeza isolada em meio às demais repúblicas americanas, de um império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição, e de uma nobreza recém-criada, pois até a década de 1880 a família imperial era tida como modelo, representando o centro da sociabilidade: “Diante do Código nos deparamos com uma imagem de Brasil vista pelo seu avesso. É no sucesso do gênero, na necessária advertência, no exagero dos temas que se vê não a etiqueta, e sim, talvez a falta dela” (SCHWARCZ, 1997, p. 31).

ABSTRACT

This paper aims to discuss the concepts of family and civility in Brazil during the nineteenth century, through the Code of Good-Tom, written by Canon J. I. Roquette. Its authorship is attributed to a father who has lost his wife left Portugal and decided to educate her two children in Paris. Written in Portuguese won this guide loyal readers through the newly created nobility in Imperial Brazil. Whereas, the family is an institution in which ever-changing combine values, beliefs, knowledge and practices, and one of the oldest institutions in the world, it is clear that, throughout history, the family suffered severe cultural influences, causing changes in roles and relationships inside and altering its structure with respect to household composition. Considering that during the nineteenth century the Brazilian family was patriarchal, led by father holds enormous power over their dependents, and that urban life practically nonexistent, Brazilian society during this period underwent a series of transformations, such as the consolidation of capitalism the rise of the bourgeoisie, besides the increase of urban life that offered new alternatives for social interaction, rearranging the family and domestic experiences. In this context, it forces a new literary genre devoted to good manners, good behavior such guides devoted to the "science of civilization" by setting rules of behavior in public spaces, assigning roles to be played by men and women, stipulating standards. Thus, the research reported here aims to deepen the knowledge about the importance of these books, especially the Code of Good-Tom, for the Brazilian imperial society, promoting reflections on issues such as family and civility.

Keywords: Empire; Family; Civility.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed., Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- DEL PRIORI, Mary; PINSK, Carla Bessanezi (orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 9ª edição. 1ª impressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- GRAHAN, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira** / Sandra Lauderdale; tradução de Pedro Maia Soares: - São Paulo. Companhia das Letras, 2005.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família: Leitura de Fotografia Histórica**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PERROT, Michelle (org.) **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINSKY, Carla B; PEDRO, João Maria (orgs). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- ROQUETTE, José Inácio. **Código do Bom-Tom ou Regras de civilidade e de bem viver no século XIX**. 3ª edição. Paris: Vª J. –P. Aillaud, Monlon & Cª, 1859.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: ROQUETE, J. I. **Código do bom-tom**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- _____. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Maria. Beatriz. Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização: ensaios**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf>. Acessado em 20 de agosto de 2012.